



1 **APROVAÇÃO 21/06/2021** ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA  
2 TÉCNICA INSTITUCIONAL LEGAL - CTIL DO COMITÊ DA REGIÃO  
3 HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE  
4 MARICÁ E JACAREPAGUÁ - CBH/BG. GRAVAÇÃO DISPONÍVEL - No dia 10 de  
5 maio de 2020, segunda-feira, às 13h, deu-se a reunião extraordinária da CTIL do  
6 CBH-BG por videoconferência com a seguinte pauta: **1) Aprovação de atas de**  
7 **02/03/2021, 08/03/2021, 05/04/2021 e 26/04/2021; 2) Cartas dos subcomitês**  
8 **sobre os pareceres apresentados pelo jurídico da Secretaria Executiva; 3)**  
9 **Problemas observados para o real aproveitamento dos atos convocatórios e,**  
10 **assim, pelo atendimentos às demandas do CBH-BG e a possibilidade de maior**  
11 **amplitude na participação de entes; 4) Continuação da discussão do**  
12 **Regimento Interno.** A reunião teve início às 13h15. O coordenador Halphy  
13 Rodrigues realizou a contextualização das demandas e sugeriu que se retomasse a  
14 discussão da resolução que tratava do acordo de convivência, pontuando que foram  
15 recebidas contribuições de Izidro Arthou que integrou os dois últimos conselhos  
16 éticos do CBH-BG. Halphy solicitou que Carolina Martins realizasse a projeção do  
17 documento que contava com as anotações realizadas do que Izidro considerou  
18 relevante para a construção da resolução. No documento constavam definições e  
19 considerações que Izidro apontou como importantes para debate do tema. Após a  
20 exibição e discussão do documento, passou-se à discussão da resolução  
21 propriamente dita. Foi recordado que se devia ser utilizado o termo “Acordo de  
22 Convivência” ao invés de código de conduta. Izidro declarou que entendia que os  
23 dois eram sinônimos, havendo a corroboração de Úrsula Araújo com sua fala.  
24 Adriana Bocaiuva esclareceu que não são sinônimos e que o termo escolhido  
25 expressava melhor o que era o objetivo com a resolução. Foram apresentados os  
26 “Considerandos” da resolução. Izidro pontuou que as indicações do Regimento  
27 Interno não estavam corretas, mas concluiu que estava se baseando em uma  
28 versão antiga do Regimento. Halphy solicitou que Carolina confirmasse as  
29 indicações do RI. Carolina realizou as confirmações. Observou-se que há a  
30 utilização dos termos Comissão de Ética e Conselho de Ética no RI, sendo  
31 concluído que isto era uma falha que deveria ser corrigida futuramente na discussão  
32 do RI. Foi realizada uma votação para escolha do termo a ser adotado, sendo  
33 escolhido o termo Conselho de Ética para utilização na resolução e, posteriormente,  
34 realizar os ajustes necessários no Regimento. Izidro manifestou que considerava  
35 mais adequado a utilização do termo “organização” ao invés de “entidade”, mas o  
36 grupo considerou que o segundo termo era mais abrangente e deveria ser mantido.  
37 Foi adicionado um parágrafo ao primeiro artigo para tratar da questão de ordem,  
38 pois se considerou que muitas vezes o termo é utilizado de forma errônea, fugindo  
39 ao seu objetivo. Flávia Lanari colocou que se preocupava que algumas expressões  
40 de linguagem fossem consideradas ofensivas, pontuando que acreditava que as  
41 discriminações deveriam ser observadas como infringindo à Resolução caso fossem

42 direcionadas a uma pessoa específica. Foram feitas algumas pontuais alterações ao  
43 longo da resolução para adequação e melhor expressão do texto ao objetivo  
44 proposto. A resolução foi aprovada pelos membros. Foi solicitado que se encaminhe  
45 a resolução aos coordenadores de subcomitês para que estes possam compartilhar  
46 com seus grupos e trazerem contribuições. Inicialmente foi proposto o prazo de uma  
47 semana, mas este foi considerado muito curto para a adequada contribuição, então  
48 se estabeleceu o prazo até o dia 24/05. Carolina esclareceu que pedirá que os  
49 pontos focais do escritório de projetos acompanhem esta demanda, trazendo os  
50 apontamentos na reunião seguinte. Halphy agradeceu pela participação e  
51 disponibilidade de Izidro e este se retirou da reunião, tendo em vista que as  
52 discussões seguintes seriam de interesse apenas aos membros da instância. **1)**  
53 **Aprovação de atas de 02/03/2021, 08/03/2021, 05/04/2021 e 26/04/2021;** Halphy  
54 questionou sobre as correções recebidas, sendo informado por Carolina que todos  
55 os pedidos foram atendidos. Halphy perguntou se todos haviam lido os documentos  
56 e se os membros gostariam que as atas fossem projetadas para procederem com a  
57 aprovação. Os presentes manifestaram que não havia necessidade, pois já haviam  
58 sido feitos os apontamentos e as atas poderiam ser aprovadas sem projeção para  
59 que passassem à discussão do item seguinte. As atas foram aprovadas e deverão  
60 ser publicadas no site no CBH-BG. **2) Cartas dos subcomitês sobre os pareceres**  
61 **apresentados pelo jurídico da Secretaria Executiva;** Adriana falou que em uma  
62 reunião de diretoria Ana Costa disse que a nova diretora teria perguntado o porquê  
63 a nota baixa atribuída a assessoria jurídica da Agevap, pelos membros do Comitê  
64 da Baía de Guanabara. Adriana recordou que Maria Teresa estava com uma  
65 demanda muito objetiva e complexa sobre os resultados do edital em relação aos  
66 projetos relacionados à pesquisa e foi sugerido que os subcomitês fizessem uma  
67 inspeção do tipo de problema que teria ocorrido com o serviço de assessoria da  
68 Agevap, resultando nessa nota baixa. Adriana falou que teria como fazer os relatos  
69 pela Lagoa Rodrigo de Freitas, porque o relato já estava pronto e ela solicitava à  
70 assessoria jurídica um esclarecimento dos erros que tinham sido cometidos e que  
71 cada um pudesse enviar o relato para esclarecer a diretora. Adriana não recebeu  
72 retorno e Teresa resolveu de outra forma, pela Comissão de Acompanhamento das  
73 contratações e que no Oeste não iria precisar compor este relatório. O relatório tem  
74 basicamente a descrição de dois problemas no âmbito da Lagoa Rodrigo de Freitas  
75 e posteriormente não recebeu outra contribuição. Teresa esclareceu que a questão  
76 aconteceu primeiro com acompanhamento do edital de pesquisa e agora com o  
77 edital do programa de educação ambiental não relativos ao jurídico e sim à  
78 secretaria executiva. Nestes dois casos não tem relação com o jurídico. No primeiro  
79 momento, ocorreu uma reunião por conta da comissão de acompanhamento do  
80 edital de pesquisa promovida pela presidente do CBH e pela Secretaria Executiva,  
81 que não foi uma reunião agradável, não havendo justificativa, assim não há dados  
82 para incorporar no documento sobre o jurídico, é uma situação de falta de

83 entendimento e respeito cm membros do CBH que estão na comissão de  
84 acompanhamento. Adriana disse que assessoria jurídica teve uma demanda de  
85 conglomerados. Halphy Rodrigues disse que é de acordo com o que foi colocado no  
86 relatório mencionado pela Adriana. Foi aprovado o relatório apresentado por  
87 Adriana. Flavia Lanari disse que o jurídico é contratado pela Agevap, mas atende  
88 todos os comitês. Teresa disse que acha natural a maioria das vezes a assessoria  
89 jurídica ser consultada via secretaria executiva da Agevap, isso acontece nas  
90 instituições pública, geralmente é o corpo administrativo que utiliza mais a  
91 assessoria jurídica, mas não quer dizer que trabalham para eles. Teresa diz que  
92 esse entendimento não é claro e que não foi colocado de forma transparente para  
93 ambas as partes. Halphy questiona se irão mandar a demanda da Adriana para  
94 avaliação da diretoria e depois o envio, ela única, exclusiva ou se iriam  
95 complementar com as coisas que causam fadiga, principalmente a demora nas  
96 respostas etc. Jacqueline questionou o porquê de não terem o parecer solicitado até  
97 aquele momento e propõe solicitar uma reunião ampliada em caráter extraordinário,  
98 a fim de questionar a presidente sobre a demora. Adriana disse que o relatório não  
99 deve ser encaminhado sozinho, mas acredita que devem ser incluídos os demais  
100 problemas. Carolina falou que Ana Costa informou que o prazo de resposta seria até  
101 o dia 15 e que cobrou o jurídico novamente em relação à demora. Jacqueline reitera  
102 a importância deste documento, colocando que deve ser incorporado ao documento  
103 o porquê deste prazo tão longo. Halphy concorda com Jacqueline e finaliza a  
104 reunião informando que conseguem fechar a questão do acordo de convivência por  
105 e-mail, não sendo preciso agora marcar uma reunião. Todos concordam e a reunião  
106 é encerrada.

107  
108 Halphy Cunha Rodrigues

109 **Coordenador da Câmara Técnica Institucional Legal**

110  
111 **Encaminhamentos:**

- 112 1- Enviar a resolução para as coordenações, pedindo contribuições dos  
113 subcomitês até o dia 24/05.  
114 2- Publicação das atas aprovadas na reunião.  
115 3- Solicitar à AGEVAP que envie um documento apresentando o fluxo oficial (  
116 com os documentos que o embasam) de resposta da Assessoria Jurídica às  
117 demandas de instâncias do Comitê.  
118

119 **Participantes:**

120 Instituto de Estudos dos Direitos Humanos e do Meio Ambiente - IEDHMA – Sandra  
121 Beltrão; Associação de Moradores do Alto Gávea – AMALGA-RJ – Adriana  
122 Bocaiuva; Associação de Preservação Ambiental das Lagunas de Maricá –  
123 APALMA – Flávia Lanari; Associação Organização da Sociedade Civil de Interesse



Comitê de Bacia da  
Baía de Guanabara

## COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH/BG

---

- 124 Público Mobilidade e Ambiental Brasil – OMA – Brasil – Jacqueline Guerreiro;  
125 Conselho Regional de Biologia – CRBio – Maria Teresa Gouveia; Águas de Niterói –  
126 Halphy Rodrigues; Associação Comercial de Maricá – ACM - Úrsula Araujo.;  
127 Movimento Pró-Restinga – Izidro Paes Leme Arthou. Secretaria Executiva (Agevap):  
128 Carolina Martins e Ana Castro.